

# DIREITO E JUSTIÇA

Estudos dedicados ao  
Professor Doutor

**Luís Alberto  
Carvalho Fernandes**

Volume I

## Plano da Obra

### VOLUME I

ADELAIDE MENEZES LEITÃO

*Responsabilidade dos administradores para com a sociedade e os credores sociais por violação de normas de protecção*

ALBINO MENDES BAPTISTA

*Treinadores profissionais: Aplicação do regime laboral comum ou do regime dos praticantes desportivos – duas maneiras simplistas de ver a mesma realidade?*

ALEXANDRE LIBÓRIO DIAS PEREIRA

*A duração dos direitos de autor e conexos*

ANA FILIPA MORAIS ANTUNES

*Os novos desafios da venda a retro*

ANTÓNIO A. CARDOSO GUEDES

*Nótula sobre a noção de partes integrantes*

ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO

*Da reprodução de fonogramas sem autorização do produtor perante o Direito português vigente*

ANTÓNIO NUNES CARVALHO

*Notas sobre o regime da retribuição no Código do Trabalho (conceito de retribuição e complementos retributivos)*

ANTÓNIO PINTO MONTEIRO

*As cláusulas limitativas e de exclusão de responsabilidade sob o olhar da jurisprudência portuguesa recente*

CARLOS FERREIRA DE ALMEIDA

*Alienação da propriedade em garantia – uma perspectiva prudente*

CARLOS SARDINHA

*Um documento académico da época sargónica: dação em cumprimento e pacto comissório construídos como venda*

CATARINA SANTOS BOTELHO

*Quo Vadis “doutrina da margem nacional de apreciação”?*

*– O amparo internacional dos direitos do homem face à universalização da justiça constitucional*

CATARINA SERRA

*Nótula sobre o art. 217.º, n.º 4, do CIRE (o direito de o credor agir contra o avalista no contexto de plano de insolvência)*

CRISTINA DIAS

*Breves notas sobre a responsabilidade civil dos cônjuges entre si: O novo regime do art. 1792.º do Código Civil (na redacção dada pela lei n.º 61/2008, de 31 de Outubro) e a manutenção da irresponsabilidade ao nível dos efeitos patrimoniais do casamento*

DIOGO LEITE DE CAMPOS

*O casamento como relação de associação*

ELSA VAZ DE SEQUEIRA

*Da distinção entre limites extrínsecos do direito e limites extrínsecos ao seu exercício*

FÁTIMA GOMES

*Convention de portage, aquisição de participações sociais temporárias e a proibição de pacto leonino*

FERNANDO CONDE MONTEIRO

*O alargamento do âmbito de aplicação da suspensão da execução de pena de prisão na Reforma do Sistema Penal de 2007*

FERNANDO DE GRAVATO MORAIS

*A jurisprudência no triénio posterior à entrada em vigor do NRAU*

FERNANDO OLIVEIRA E SÁ

*Erro e Validação do Negócio Jurídico. Breves Notas Sobre o Art. 284.º do Código Civil*

FILIPE FRAÚSTO DA SILVA

*Observações acerca da selecção social no procedimento de despedimento colectivo*

FILIPE ALBUQUERQUE MATOS

*O Fundo de Garantia Automóvel. Um organismo com uma vocação eminentemente social*

GLÓRIA TEIXEIRA | MARIANA FONTES DA COSTA

*Título de ocupação, em regime de renda apoiada, de habitações construídas ao abrigo do Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto*

## VOLUME II

HENRIQUE SOUSA ANTUNES

*Reflexões sobre o conceito de terceiros à luz da obrigatoriedade registal*

JOANA VASCONCELOS

*Sobre a protecção da vítima de violência doméstica no direito do trabalho português*

JOÃO DE OLIVEIRA GERALDES

*«Finis vitae» ou «ficta mortis»?*

JOÃO LABAREDA

*Contrato de garantia financeira e insolvência das partes contratantes*

JOÃO ZENHA MARTINS

*Cedência de praticantes desportivos profissionais: especificidades*

JOSÉ CARLOS BRANDÃO PROENÇA

*A desvinculação não motivada nos contratos de consumo: um verdadeiro direito de resolução?*

JOSÉ LUÍS BONIFÁCIO RAMOS

*O Animal: Coisa ou Tertium Genus?*

JOSÉ ENGRÁCIA ANTUNES

*Os Contratos no Código Comercial Português*

JOSÉ LEBRE DE FREITAS

*Do tribunal competente para a acção de responsabilidade de gerente ou administrador de sociedade comercial*

JOSÉ LOBO MOUTINHO

*A limitação temporal do segredo do processo relativamente ao arguido. O pós-Acórdão n.º 428/08 do Tribunal Constitucional*

JÚLIO GOMES

*Do fundamento do regime da prescrição dos créditos laborais*

L. MIGUEL PESTANA DE VASCONCELOS

*Notas sobre o penhor irregular*

LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES LEITÃO

*A responsabilidade civil por danos causados ao ambiente*

MANUEL JANUÁRIO DA COSTA GOMES

*A esfera de bens impenhoráveis e o status do devedor. Breves notas*

MANUEL NOGUEIRA SERENS

*O (Verdadeiro) Leitmotiv da Criação pelo Legislador Alemão das “Sociedades com Responsabilidade Limitada (Gesellschaften mit beschränkter Haftung)”*

MARIA DA GRAÇA TRIGO

*Das presunções de culpa no regime de responsabilidade civil por acidente de viação*

MARIA DO ROSÁRIO EPIFÂNIO

*O Plano de Insolvência*

MARIA JOÃO MATIAS FERNANDES

*O direito aplicável aos negócios relativos a instrumentos financeiros: a disciplina introduzida pelo novo regulamento comunitário sobre a lei aplicável às obrigações contratuais («Roma I»)*

MARIA D’OLIVEIRA MARTINS

*Caracterização do artigo 22.º da Constituição como uma garantia institucional e algumas notas sobre o regime das garantias institucionais*

### VOLUME III

MÁRIO JÚLIO DE ALMEIDA COSTA | EVARISTO MENDES

*Transmissão de acções tituladas nominativas*

NUNO MANUEL PINTO OLIVEIRA

*O dogma da tipicidade dos vícios da vontade e o contributo do Decreto-Lei n.º 57/2008, de 26 de Março, para a sua superação*

NUNO PIÇARRA

*O contributo da união europeia para a disciplina jurídica dos prazos de pagamento nas transacções comerciais. A Directiva 2000/35/CE e a sua revisão*

PATRÍCIA FRAGOSO MARTINS

*Um “Supremo Tribunal” para a União? Reflexões sobre o lugar do TJCE na arquitectura judiciária europeia*

PAULA COSTA E SILVA

*O abuso do direito de acção e o art. 22.º do CIRE*

PAULO FERREIRA DA CUNHA

*Constituição e utopia. E o exemplo da constituição brasileira de 1988*

PEDRO MAIA GARCIA MARQUES

*Conflituamos – Breve reflexão crítica sobre a possibilidade no Direito de uma teoria de discurso de Habermas, fundada no consenso*

PEDRO ROMANO MARTINEZ

*Celebração de contratos à distância e o novo regime do contrato de seguro*

RITA LOBO XAVIER

*O fundamento do Direito das Sucessões e o conceito de sucessão mortis causa no ensino do Professor Luís Carvalho Fernandes*

RITA LYNCE DE FARIA

*A Sumarização da Justiça Civil*

RUI MEDEIROS | ARMANDO ROCHA

*Uma revisão não consumada: a revisão constitucional de 2004 e a tentativa fracassada de alargamento da competência legislativa regional*

RUI PAULO COUTINHO DE MASCARENHAS ATAÍDE

*Poder paternal, direitos da personalidade e responsabilidade civil.  
A vigência dos direitos fundamentais na ordem jurídica privada*

RUI PINTO DUARTE

*A Denunciabilidade das Obrigações Contratuais Duradouras  
Propter Rem*

RUI PINTO

*O direito de uso e aproveitamento da terra de Moçambique. Uma  
introdução*

SANDRA TAVARES

*Os novos normativos que reestruturam os serviços de saúde pública  
e que alteram o regime das autoridades de saúde: breves notas*

SOFIA OLIVEIRA PAIS

*Todos os cidadãos da União Europeia têm direito de circular  
e residir livremente no território dos Estados-Membros, mas uns têm  
mais direitos do que outros... (breves considerações sobre a livre  
circulação de trabalhadores, cidadania europeia e soberania  
dos Estados)*

TIAGO MACIEIRINHA

*De Teckal a Coditel Brabant: evolução da jurisprudência comunitária  
sobre o conceito de controlo análogo*

VASCO PEREIRA DA SILVA

*“Todos diferentes, todos iguais”. Breves Considerações acerca da  
Natureza Jurídica dos Direitos Fundamentais*

# Os novos desafios da venda a retro

ANA FILIPA MORAIS ANTUNES

## 1. Introdução

I. O contrato de compra e venda com cláusula a retro suscita, na actualidade, novos desafios e assume-se como uma figura central na discussão em torno dos limites do exercício da autonomia privada.

O problema central da venda a retro prende-se com a possibilidade de este contrato ser utilizado para uma finalidade que não coincida com a sua função típica<sup>1</sup>. A função da compra e venda define-se pelas respectivas atribuições patrimoniais: a permuta de bens – concretamente, dos direitos sobre eles – por dinheiro<sup>2</sup>. Porém, a venda a retro pode ser celebrada com a finalidade exclusiva de obtenção de um financiamento do vendedor, assegurando-lhe, ainda, a possibilidade de reaver a titularidade do bem alienado. Este contrato pode, pois, consubstanciar uma garantia do cumprimento de um crédito e tem afinidades com as garantias reais consagradas no nosso Direito Civil<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Sobre a controversa admissibilidade de negócios (atípicos) com função de garantia, v. CARVALHO FRNANDES, *Teoria Geral do Direito Civil*, vol. II, 4.<sup>a</sup> ed., UCE, Lisboa, 2007, pp. 343-353 e *Admissibilidade do Negócio Fiduciário no Direito Português*, in "Estudos sobre a Simulação", Quid Juris, Lisboa, 2004, pp. 243-274 (pp. 252-257 e pp. 260-272).

<sup>2</sup> Cf. ALMEIDA COSTA, *Noções Fundamentais de Direito Civil*, 4.<sup>a</sup> ed., Almedina, Coimbra, 2001, p. 345.

<sup>3</sup> Cf. ROMANO MARTINEZ/FUZETA DA PONTE, *Garantias de Cumprimento*, 5.<sup>a</sup> ed., Almedina, Coimbra, 2006, p. 244.